

Revista Contabilidade & Amazônia

Disponível em
<http://www.contabilidadeamazonia.com.br/>

Revista Contabilidade & Amazônia, Sinop, v. 3, n. 1,
art. 3, pp. 30-44, Jan./Dez. 2010

A Contabilidade no Terceiro Setor: Instrumento de Transparência Social

Fernanda Mosseline Josende Coan*

E-mail: fernanda@unemat-net.br

Professora e Coordenadora do curso de Ciências Contábeis
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
Sinop, MT, Brasil

Ivanir Helena Megier

E-mail: ivamegier@yahoo.com.br

Graduada em Ciências Contábeis
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
Sinop, MT, Brasil

* Endereço: Fernanda Mosseline Josende Coan
Avenida dos Ingás, 3001, Centro, Sinop/MT, 78555-000.

Resumo

O objetivo deste estudo foi demonstrar como, nos anos de 2006 a 2008, a análise das demonstrações contábeis pôde ajudar no processo de transparência da Fundação de Saúde Comunitária de Sinop. Esta Instituição enfrentou e enfrenta vários desafios para desempenhar seu papel social, dentre eles podemos citar a falta de clareza da situação econômico-financeira e do desempenho nas implementações de projetos ou programas-sociais e a Instituição atua sem possuir fins lucrativos, pois suas receitas são, quase em sua totalidade, destinadas as suas próprias atividades. Neste contexto, a análise, como ferramenta da contabilidade, pode ajudar no processo de transparência das ações desenvolvidas. O processo investigativo se deu através da análise horizontal e vertical, do cálculo dos índices de liquidez, endividamento e de gestão operacional da entidade. Como resultado podemos comprovar que as informações contidas nos relatórios contábeis trazem maior visibilidade, credibilidade e transparência as ações das entidades do Terceiro Setor.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Análise. Transparência.

1. Introdução

A principal função do Estado consiste em promover o bem-estar comum e a qualidade de vida para a população ao fomentar a habitação, o emprego, a saúde e a segurança pública. Entretanto, ao longo dos anos, o Estado passou a ter dificuldades em atender estas demandas, o que faz com que entidades do chamado Terceiro Setor, também conhecidas como Entidades sem fins lucrativos, sejam impulsionadas a ocupar espaço na procura de soluções para a redução das desigualdades econômicas e sociais, tornando-se relevantes no cenário brasileiro.

O artigo pretende demonstrar, por meio da análise das demonstrações contábeis, a transparência de uma entidade do Terceiro Setor. Uma entidade sem fins lucrativos, de interesse público, precisa ser transparente e mostrar claramente para os doadores e para a sociedade, não apenas de onde vieram os recursos, mas também como foram aplicados e quais os benefícios sociais gerados. Um dos motivos que gera desconfiança, por parte da sociedade, é o envolvimento de algumas dessas entidades, em escândalos fraudulentos que podem ocorrer devido à falta de transparência no uso dos recursos arrecadados. A propaganda negativa gerada em torno dessas entidades não ressalta os vários projetos importantes por elas realizados.

Para mudar esse quadro torna-se necessário que as instituições do Terceiro Setor evidenciem, através das demonstrações contábeis, tudo o que ocorre em seu interior. Assim, principalmente aquelas que trabalham com doações, poderão mostrar a seus doadores e a sociedade suas ações e visibilizá-las.

Diante do problema exposto, procurou-se, analisar as demonstrações contábeis e os indicadores de desempenho de uma entidade, a fim de evidenciar se está analisando para a transparência nas ações de uma entidade que atua no Terceiro Setor. Para realizar esta investigação fez-se uma pesquisa descritiva, com o estudo de caso, que se caracteriza principalmente pelo estudo concentrado de um único caso, Beuren (2004, p.84), com a abordagem qualitativa, pois buscou descobrir e classificar a relação entre as variáveis e a relação de causalidade entre os fenômenos.

2. Contabilidade no Terceiro Setor

2.1 Terceiro Setor

O Terceiro Setor pode ser definido como sendo o conjunto das organizações não governamentais, ou seja, são as entidades que não derivam do poder público e não têm

finalidade de lucro, congregando objetivos sociais, filantrópicos, culturais, recreativos, religiosos, ecológicos ou artísticos (ZANLUCA, 2009).

Atualmente, são vários os tipos de entidades que compõem o Terceiro Setor. O autor Zanluca (2009, p. 4) destaca os seguintes tipos de entidades no Brasil:

- a) associações: são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas com objetivo comum, sem finalidades lucrativas;
- b) fundações: são entes jurídicos que têm por característica o patrimônio. Este ganha personalidade jurídica e deverá ser administrado de modo a atingir o cumprimento das finalidades estipuladas pelo seu instituidor. A partir da vigência do Código Civil de 2002, somente podem ser constituídas fundações para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência (parágrafo único do art. 62);
- c) cooperativas sociais: são associações autônomas de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Não são sociedades beneficentes, pois seus sócios buscam vantagem econômica para si, não possuem fins lucrativos, pois não são criadas para acumular riquezas, mas sim distribuir a que possa ser gerada por seus associados, na medida de participação de cada um na sociedade;
- d) organização social: é uma qualificação outorgada pela administração pública a uma entidade sem fins lucrativos. É um modelo de organização pública não estatal que absorve atividades públicas (áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica) mediante qualificação específica. É uma forma de propriedade pública não estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos orientadas para o atendimento do interesse público;
- e) organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP): são organizações do terceiro setor que, por intermédio da lei, relacionam-se com o Estado através de termo de parceria.

2.2 Análise das Demonstrações

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo e seu papel social é planejar e colocar em prática um sistema de informação para uma organização seja ela com ou sem fins lucrativos. Ela busca, ainda, prover os usuários com informações econômico-financeiras sobre seu patrimônio e suas mutações, utilizando-se de registros, demonstrações, análises e diagnósticos expressos sob a forma de relatórios e pareceres. Uma das facetas da contabilidade é a Análise das Demonstrações Contábeis, também conhecida como Análise de Balanços ou Análise das Demonstrações Financeiras, que surgiu e se desenvolveu dentro do sistema bancário que foi, e ainda é, uma das mais eficientes ferramentas da contabilidade.

As demonstrações contábeis estudadas nesta pesquisa foram relatórios elaborados com base na escrituração, os quais devem demonstrar com clareza a situação do patrimônio da entidade investigada, cujas demonstrações mais importantes são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

De acordo com Reis (2003, p.108),

“a análise dos demonstrativos contábeis consiste na comparação de valores isolados ou de grupos de valores constantes dos demonstrativos contábeis, com a finalidade de obter informações sobre a situação econômico-financeira da empresa ou sobre o ritmo de seus negócios.”

Com base no autor Marion (2002), destacamos duas técnicas que são utilizadas pelos analistas:

- Análise horizontal e vertical: a primeira objetiva avaliar os demonstrativos contábeis pela evolução de seus valores ao longo do tempo, há uma comparação em forma percentual, o valor de determinada conta em relação a mesma conta dos anos anteriores, isto é, aponta o aumento ou redução dos itens das demonstrações contábeis, através dos períodos, a fim de caracterizar tendências. A análise vertical procura obter o valor percentual de cada conta em relação ao valor total do demonstrativo ou de cada conta em relação ao total do seu respectivo grupo. Assim, é possível verificar quanto uma determinada conta representa, percentualmente, em relação ao ativo total;
- Indicadores, que estão divididos em dois grupos; no primeiro, apresentamos os índices econômicos e financeiros e no segundo os índices de desempenho operacional.

No quadro abaixo destacamos os índices financeiros e econômicos que após aplicados, nos darão uma visão quantitativa dos números das demonstrações contábeis.

QUADRO 1 - Indicadores financeiros e econômicos para o Terceiro Setor

FÓRMULA	FINALIDADE	OBJETIVO
Ativo circulante/ Passivo Circulante	Liquidez corrente	Representar os ativos circulantes disponíveis para liquidar passivos circulantes de curto prazo
Disponível/ Saldo de Projetos	Liquidez específica	Representar o montante de cumprir as atividades do projeto
Patrimônio social/ Imobilizado x 100	Grau de imobilização do patrimônio social	Representar o percentual de imobilização do patrimônio social
Patrimônio Social/ Ativo Total	Equilíbrio patrimonial	Representar o percentual do ativo total do patrimônio social
Despesa Realizada/ Receita Recebida x 100	Relação das despesas dos projetos e receitas recebidas	Representar o percentual das despesas efetivamente realizadas em relação às receitas recebidas no período
Gratuidade/ Despesa Total x 100	Relação de gratuidade e despesas totais	Representar o percentual de gratuidades concedidas no período em relação as despesas totais
Gratuidade/ Receita Total x 100	Relação de gratuidade e receitas totais	Representar o percentual de gratuidades recebidas no período em relação as receitas totais
Despesas por Atividade/ Despesa Total x 100	Participação de cada atividade nas despesas totais	Representar o nível de cada atividade nas despesas totais
Receita por Atividade/ Receita Total x 100	Participação de cada atividade nas receitas totais	Representar o nível das receitas auferidas em relação à receita total
Receitas Próprias/ Receita Total x 100	Esforço de captação própria	Representar a capacidade de gerar renda própria em receitas totais

FONTE: Conselho Federal de Contabilidade (2007).

Os índices de eficiência de gestão fornecem a avaliação qualitativa do desempenho da entidade, pois uma vez aplicados eles avaliarão os recursos em relação aos beneficiários.

QUADRO 2 - Desempenho operacional no Terceiro Setor

FÓRMULA	FINALIDADE	OBJETIVOS
----------------	-------------------	------------------

Despesas realizadas/ nº de beneficiários	Eficiência na aplicação de recursos	Avaliar o valor unitário gasto por beneficiário
Despesas realizadas/ Área demarcada	Eficiência na aplicação dos recursos	Avaliar o valor unitário gasto por área demarcada*
Custo orçado/ Custo realizado x 100	Eficiência no controle dos recursos	Avaliar a capacidade de previsão e planejamento, por projeto
Área construída em m²/ Beneficiários	Eficiência da estrutura física	Avaliar a acomodação dos beneficiários por m²
Ativos/beneficiários	Eficiência na distribuição de ativos diversos	Avaliar os resultados alcançados na aplicação de ativos: medicamentos, vacinas, cestas básicas, materiais, etc.
Quant. funcionários/ Quant. Beneficiários	Eficiência no atendimento aos beneficiários	Avaliar a capacidade de atendimento da entidade

FONTE: Conselho Federal de Contabilidade (2007).

Uma vez destacado as possíveis informações que podem ser geradas, iremos agora como a contabilidade pode auxiliar diretamente no terceiro setor.

2.3 Auxílio da Contabilidade ao Terceiro Setor

O terceiro setor tem a sustentabilidade como um dos desafios a ser vencido pelas suas organizações. Surge, então, a necessidade de uma ferramenta que promova a transparência das ações dessas organizações e lhes dê credibilidade.

A contabilidade se faz importante nesse processo, pois, como essas entidades recebem recursos públicos e privados, é necessário fornecer aos seus usuários informações e relatórios contábeis que evidenciem as operações realizadas pelas organizações. A contabilidade também atua como suporte à tomada de decisão e permite que os registros feitos sejam realizados de forma clara e consistente, de modo a possibilitar o cumprimento das exigências legais.

Para a regulamentação no Terceiro Setor, o Conselho Federal de Contabilidade -CFC - elaborou normas para orientar os procedimentos contábeis das entidades sem fins lucrativos, proporcionando transparência nas ações desenvolvidas por elas. Essas normas são regulamentadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), aprovadas pela resolução CFC nº 877/00, de 18 de abril de 2000, alterada pela Resolução 966/2003, de 16 de maio de 2003.

As NBCs definem o Terceiro Setor como organizações sem fins lucrativos e são consideradas pelo CFC apenas aquelas cujo resultado positivo não esteja destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro é denominado de superávit e o prejuízo de déficit.

Dentre as demonstrações contábeis no Terceiro Setor tem-se o balanço patrimonial, relatório que evidencia a situação financeira da instituição, empresa ou entidade, refletindo a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano, e evidencia de forma quantitativa e qualitativa o patrimônio da entidade, compreendendo todos os bens, direitos e obrigações e, nas entidades sem fins lucrativos o Patrimônio Social da instituição.

Nas entidades do Terceiro Setor não são instituídas reservas em seu balanço, já que estas caracterizam o lucro. No lado do passivo no grupo patrimônio líquido denomina-se o capital de patrimônio social ou simplesmente patrimônio, considerando o fato de que o

patrimônio dessas entidades pertence a sociedade e não a particulares. Os lucros e prejuízos do exercício são chamados de Superávit ou Déficit do Exercício e o balanço é elaborado após apuração do Superávit ou Déficit do Exercício e depois de feitos todos os lançamentos necessários.

A Medida Provisória 449/2008 alterou a conta ativo permanente que passou a ser denominada de ativos não-circulantes, a qual fica sendo formada pelo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Outra demonstração é a do superávit ou déficit do exercício. Trata-se de um resumo ordenado das receitas e despesas da entidade em determinado período. A partir dessa demonstração é possível saber o resultado que a empresa obteve: déficit (falta) ou superávit (sobra), no desenvolvimento de suas atividades, num dado período.

De acordo com Olak e Nascimento (2008, p.73) “essa demonstração é de fundamental importância para essas entidades por evidenciar, efetivamente, as ações dos gestores em termos de volume de recursos obtidos e custos e despesas empregadas nas atividades dessas entidades”.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social, também é direcionada ao Terceiro Setor e mostra a movimentação de diversas contas do patrimônio líquido social, apresentando todo acréscimo e diminuição ocorrida, evidenciando o saldo inicial, e os ajustes de exercícios anteriores.

Segundo os autores acima citados (2008, p. 75), “a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido social abrange as seguintes contas: patrimônio social, reservas de reavaliação, subvenções e doações patrimoniais, superávit e déficit do exercício”.

Essa forma de demonstração é útil, então, para apresentar toda a movimentação do resultado positivo da empresa, inclusive a forma como esse saldo foi obtido, bem como para onde foi destinado.

Além das demonstrações acima, tem-se a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos, cuja finalidade é explicar a variação ocorrida no capital circulante líquido, entre dois momentos no tempo, ocorrida de um ano para o outro e também a Demonstração do Fluxo de Caixa, a qual esboça a movimentação do caixa da empresa num dado período, quando é feita a previsão de valores a receber, e os gastos. Essa última demonstração funciona como ferramenta gerencial, pois permite a empresa o planejamento antecipado de pagamento de suas contas, bem como detectar se, será necessária a obtenção de mais receita para cumprimento de suas obrigações e passou a ser obrigatória, para algumas empresas, em substituição a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos - DOAR.

As entidades sem fins lucrativos não são obrigadas a elaborar a Demonstração do Fluxo de Caixa, embora esta seja considerada uma valiosa ferramenta de gestão, pois permite uma visualização de toda a movimentação do caixa, que é a fonte de sobrevivência de uma empresa, considerando que sua insuficiência pode afetar diretamente a saúde financeira entidade.

Nas entidades sem fins lucrativos há uma necessidade de prestação de contas da instituição para com a sociedade que, lhes confiou o patrimônio para administrar. A finalidade das Notas Explicativas é proporcionar o entendimento das demonstrações a seus usuários.

Para Olak e Nascimento (2008, p. 76) o objetivo das Notas Explicativas é: “explicar os critérios adotados pela contabilidade para elaborar as demonstrações contábeis, bem como esclarecer algumas operações realizadas pela organização que refletem monetariamente nas demonstrações.”

Em síntese, as Notas Explicativas, em qualquer entidade e qualquer demonstração, têm por finalidade esclarecer fatos registrados que possam gerar dúvida. Portanto, estes relatórios contábeis, se elaborados dentro dos padrões, são de grande importância aos gestores ou associados, pois através deles há um maior esclarecimento das atividades desenvolvidas dentro da entidade. Expõem também, se houve déficit ou superávit no período e quando apresentados para a sociedade, podem conscientizá-la da importância dos projetos sociais desenvolvidos, gerando maior credibilidade e recursos para as entidades que necessitam de recursos financeiros oriundos da sociedade para sua continuidade.

As entidades sem fins lucrativos possuem algumas informações que são peculiares a elas e que devem ser abrangidas nas Notas Explicativas. Assim, essas notas são um poderoso instrumento de prestação de contas e de transparência para a gestão dessas entidades. Nestes relatórios estão contidos os aspectos históricos da entidade, missão e objetivos, atividades desenvolvidas no período, descrição dos convênios, parcerias e contratos, pessoas atendidas, etc.

2.4 Entidade do Terceiro Setor Investigada

A Fundação de Saúde Comunitária de Sinop, foi criada no ano de 1988, para atender as reivindicações de vários cidadãos de Sinop e municípios vizinhos, pela Associação de Desenvolvimento do Trabalho Educação e Cultura – ADESTEC – em 03/08/1989.

A inauguração do Hospital ocorreu em 1991, o que significou uma vitória para a população de baixa renda. Nos primeiros anos, o hospital pouco prosperou. Em 1996, foi lançado um sistema de manutenção hospitalar denominado “Contribuinte Usuário”, visando principalmente o atendimento à população de baixa renda, visto que, até aquela época o hospital ainda não havia sido credenciado junto ao Sistema Único de Saúde – SUS. Atualmente, o Hospital é credenciado e atende uma parcela de seus pacientes pelo SUS.

Ainda em 2006, o Hospital, foi escolhido pela FUNAI para o atendimento aos índios da região, passando assim a atender também aos povos indígenas.

Trata-se de entidade reconhecidamente como de utilidade pública municipal, estadual e federal. Possui certificado de entidade filantrópica inscrito no Conselho Nacional de Assistência Social. Para atender suas necessidades, a fundação, utiliza-se de convênios com entidades nacionais e internacionais, através de subsídios, auxílios e subvenções dos poderes públicos e também de doações de terceiros.

A Fundação de Saúde é uma entidade que tem como foco principal dar assistência médica e hospitalar as pessoas mais carentes do município de Sinop, com isso, enquadra-se como entidade imune da incidência de diversos tributos instituídos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.

2.4.1 Análise das Demonstrações Contábeis da Entidade

Para a realização da análise, utilizamos apenas os grupos e subgrupos mais importantes, não houve necessidade de uma reclassificação das contas.

O balanço patrimonial demonstra a situação patrimonial e financeira da Fundação no final dos exercícios 2006, 2007 e 2008.

TABELA 1 - Ativo da Fundação

ATIVO	2006	A.V. %	2007	A.V. %	A.H. %	2008	A.V. %	A.H. %
CIRCULANTE	320.679,01	10,80	333.413,26	9,34	3,97	903.870,64	21,17	181,86
DISPONÍVEL	320.679,01	10,80	297.824,52	8,34	(7,13)	430.218,19	10,08	34,16
VALORES A REC.	0,00		35.588,74	1,00		152.824,49	3,58	
ESTOQUES	0,00		0,00			320.827,96	7,51	
NÃO-CIRCULANTE	2.647.795,14	89,20	3.236.172,60	90,66	22,22	3.366.192,39	78,83	27,13
INVESTIMENTOS	400,00	0,01	400,00	0,01	0,00	600,00	0,01	50,00
IMOBILIZADO	2.647.395,14	89,18	3.235.772,60	90,65	22,22	3.365.592,39	78,82	27,13
IMÓVEIS	1.694.588,87	57,09	1.807.779,25	50,64	6,68	1.697.188,87	39,75	0,15
BENS MÓVEIS	1.206.450,12	40,64	1.681.637,20	47,11	39,39	1.922.047,37	45,01	59,31
(-) DEPRECIACIONES	(253.643,85)	(8,54)	(253.643,85)	(7,11)		(253.643,85)	(5,94)	0,00
TOTAL DO ATIVO	2.968.474,15	100,00	3.569.585,86	100,00	20,25	4.270.063,03	100,00	43,85

A análise vertical nos permite verificar a estrutura de composição dos itens que integram a demonstração e sua evolução no tempo. Na Fundação, o ativo não-circulante é o que mais participa do ativo total, representando, no primeiro ano, 89,20%; no segundo com 90,66% e com 78,83% no terceiro ano, sendo que o restante está totalmente no ativo circulante, não havendo valores na conta realizável a longo prazo.

Podemos observar que a conta que mais variação sofreu foi o circulante. Esse aumento se deu porque passou a ter valores no estoque, que é composto por medicamentos. Com isso, houve um aumento de 43,85% do ativo total nos anos analisados.

Através da Tabela 1, podemos observar as alterações do ativo, ocorridas no período de dois anos. O imobilizado se apresenta pelo custo de aquisição, visto que a Entidade não procedeu a correção monetária de balanços em exercícios anteriores, bem como a depreciação nos últimos cinco anos.

O passivo representa o conjunto de fontes de financiamento do ativo, que se traduzem em dívidas a terceiros e podem ser divididas em dívidas a terceiros de curto prazo, que são as obrigações que devem ser cumpridas num prazo inferior a um ano e dívidas de médio e longo prazo, que inclui naturalmente as restantes.

TABELA 2 – Passivo da Fundação

PASSIVO	2006	A.V.%	2007	A.V.%	A.H.%	2008	A.V.%	A.H.%
CIRCULANTE	351.900,40	11,85	1.019.316,06	28,56	189,66	1.716.628,32	40,20	387,82
EXIGIVEL CURTO PRAZO	351.900,40	11,85	1.019.316,06	28,56	189,66	1.716.628,32	40,20	387,82
CREDORES P/ FUNC.	351.900,40	11,85	1.019.316,06	28,56	189,66	1.504.718,95	35,24	327,60
Fornecedores	262.654,87	8,85	852.917,91	23,89	224,73	1.195.203,85	27,99	355,05
Obrigações diversas	73.013,65	2,46	163.230,53	4,57	123,56	165.212,86	3,87	126,28
Obrigações fiscais	16.231,88	0,55	3.167,72	0,09	(80,48)	144.302,24	3,38	789,01
PROVISÕES	0,00		0,00			211.909,37	4,96	
Provisão férias	0,00		0,00			211.909,37	4,96	
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	1.889.914,98	63,67	1.848.814,86	51,79	(2,17)	1.775.566,86	41,58	(6,05)
Financiamentos	1.889.914,98	63,67	1.848.814,86	51,79	(2,17)	1.775.566,86	41,58	(6,05)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	726.658,77	24,48	701.454,94	19,65	(3,47)	777.867,85	18,22	7,05
Patrimônio	639.599,51	21,55	639.599,51	17,92	0,00	639.599,51	14,98	0,00
RESULTADOS	87.059,26	2,93	61.855,43	1,73	(28,95)	138.268,34	3,24	58,82
Déficit acumulado	(373.085,68)	(12,57)	(59.925,09)	(1,68)	(83,94)	(64.902,60)	(1,52)	(82,60)
Superávit do exercício	460.144,94	15,50	121.780,52	3,41	(73,53)	203.170,94	4,76	(55,85)
TOTAL DO PASSIVO	2.968.474,15	100,00	3.569.585,86	100,00	20,25	4.270.063,03	100,00	43,85

É através da análise do passivo que podemos verificar quais foram as origens dos recursos da Entidade. Através da tabela, podemos observar que houve um aumento expressivo no circulante, com destaque para a conta fornecedores, já o saldo em financiamentos a longo prazo foi reduzindo no período em análise.

A demonstração do superávit ou déficit evidencia as ações dos gestores em relação aos recursos obtidos e custos e despesas empregadas nas atividades.

TABELA 3 - Demonstração do Superávit ou Déficit da Fundação

	2006	A.V.%	2007	A.V.%	A.H.%	2008	A.V.%	A.H.%
RECEITAS OPERACIONAIS								
Pacientes SUS	1.541.265,48	36,90	1.684.320,41	25,89	9,28	4.208.212,30	45,61	173,04
Pacientes internos	901.039,25		1.544.483,58	23,74		1.276.911,13	13,84	41,72
Convênio SUS-UTI			1.512.000,00	23,24		1.512.000,00	16,39	
Contribuintes usuários	929.727,33	22,26	747.373,40	11,49	(19,61)	642.507,66	6,96	(30,89)
Convênio empresas	462.933,96	11,08	530.573,21	8,16	14,61	725.642,06	7,86	56,75
Convênio SUS-Oncologia			360.000,00	5,53		720.000,00	7,80	
Consórcios intermunicipais	270.000,00		60.000,00	0,92		60.000,00	0,65	(77,78)
Convênio IAPI	72.000,00		36.000,00	0,55		36.000,00	0,39	(50,00)
Convênio SUS-REFORSUS			30.120,96	0,46		45.000,00	0,49	
(=) RECEITAS LÍQUIDAS	4.176.966,02	100,00	6.504.871,56	100,00	55,73	9.226.273,15	100,00	120,88
(-) CUSTO OPERACIONAL	3.860.370,02	92,42	5.756.806,60	88,50	49,13	7.778.295,04	84,31	101,49
Pacientes internos			996.833,49	15,32		1.156.832,64	12,54	
Convênio UNIMED			114.507,90	1,76		262.338,92	2,84	
Contribuinte usuário			249.093,98	3,83		195.641,75	2,12	
Unidade terapia intensiva			733.443,37	11,28		1.343.312,59	14,56	
Oncologia			305.565,91	4,70		558.818,42	6,06	
Convênio Teles Pires			348.382,19	5,36		57.190,68	0,62	
Sistema único de saúde			842.465,41	12,95		3.719.357,57	40,31	
Convênio IAPI			5.998,79	0,09		52.910,40	0,57	
Convênio empresas			247.193,47	3,80		431.892,07	4,68	
Funcion. da fundação	2.520.543,64	60,34			(100,00)			(100,00)
Gastos com pessoal	1.339.826,38	32,08	1.913.322,09	29,41	42,80			(100,00)
(=) RES. OPERACIONAL	316.596,00	7,58	748.064,96	11,50	136,28	1.447.978,11	15,69	357,36
(-) DESP. OPERACIONAIS	178.049,23	4,26	685.469,06	10,54	284,99	1.306.361,85	14,16	633,71
Despesas comerciais			47.531,43	0,73		227.376,18	2,46	
Despesas tributárias	23.988,16	0,57			(100,00)	0,00	0,00	(100,00)
Despesas administrativas	5.800,00	0,14	609.845,61	9,38	10414,58	975.154,65	10,57	16713,01
Despesas financeiras	148.261,07	3,55	28.092,02	0,43	(81,05)	103.831,02	1,13	(29,97)
(+) RECEITA OPERAC.	226.038,35	5,41	4.840,74	0,07	(97,86)	9.238,01	0,10	(95,91)
Receita financeira	226.038,35	5,41	4.840,74	0,07	(97,86)	9.238,01	0,10	(95,91)
(=) SUPERÁVIT OPERAC.	364.585,12	8,73	67.436,64	1,04	(81,50)	150.854,27	1,64	(58,62)
(+/-) RESULT. NÃO OPER.	95.559,82		54.343,88	0,84		52.316,67	0,57	(45,25)
Receitas não operacionais	95.559,82		54.343,88	0,84		52.316,67	0,57	(45,25)
(=) SUPERÁVIT DO EXERC.	460.144,94	11,02	121.780,52	1,87	(73,53)	203.170,94	2,20	(55,85)

Através da Demonstração do Superávit ou Déficit podemos observar o desempenho da Fundação. Como podemos ver no gráfico houve um expressivo crescimento das receitas, isto ocorreu, principalmente, pelo grande aumento de recursos destinados para os pacientes do SUS do ano de 2006 para o ano de 2008. O superávit da Fundação teve uma expressiva queda voltando a melhorar no último período.

Ao iniciar a análise das demonstrações, através dos índices, destaca-se a liquidez corrente.

TABELA 4: Liquidez corrente

	2006	2007	2008
Ativo circulante	320.679,01	333.413,26	903.870,64
Passivo circulante	351.900,00	1.019.316,06	1.716.628,32
AC/PC	0,91	0,33	0,53

O índice de liquidez corrente nos possibilita verificar a capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo. Os ativos circulantes disponíveis para liquidar passivos de curto prazo diminuíram de 2006 para 2007, voltando a aumentar em 2008.. O ideal seria esse índice ser superior a 1, pois muito abaixo disso a Entidade poderá ter dificuldades em saldar seus compromissos a curto prazo.

TABELA 5- Liquidez geral

	2006	2007	2008
Ativo circulante	320.679,01	333.413,26	903.870,64
Ativo realizável a longo prazo	0,00	0,00	0,00
Passivo circulante	351.900,40	1.019.316,06	1.716.628,32
Passivo exigível a longo prazo	1.889.914,98	1.848.814,86	1.775.566,89
AC+ARLP/PC+PELP	0,14	0,12	0,26

O índice de liquidez geral, demonstra a capacidade da Instituição para saldar suas dívidas a curto e longo prazo. Na análise percebe-se que a situação da Entidade é desfavorável, pois a interpretação desse índice diz que quanto maior melhor.

TABELA 6 - Grau de imobilização do patrimônio social

	2006	2007	2008
Patrimônio social	639.599,51	639.599,51	639.599,51
Imobilizado	2.647.395,14	3.235.772,60	3.365.592,39
PS/IMOB.*100	24,16%	19,77%	19,00%

Este índice nos informa quanto do patrimônio social da Entidade está aplicado no ativo permanente. Podemos observar, através do gráfico, que foi diminuindo ano a ano, fato considerado positivo, pois este índice, quanto menor melhor.

TABELA 7 - Participação do capital de terceiros sobre recursos totais

	2006	2007	2008
Capital de terceiros	2.241.815,38	2.868.130,92	3.492.195,21
Passivo total	2.968.474,15	3.569.585,86	4.270.063,03
CT/PT*100	75,52%	80,35%	81,78%

A Tabela 7 indica a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros. Podemos observar que a maior parte das origens dos recursos da Entidade advém de terceiros e foi aumentando nos períodos em análise.

TABELA 8 - Garantia do capital próprio ao capital de terceiros

	2006	2007	2008
Capital próprio	726.658,77	701.454,94	777.867,85
Capital de terceiros	2.241.815,38	2.868.130,92	3.492.195,21
CP/CT	0,32	0,24	0,22

A garantia do capital próprio ao capital de terceiros representa quanto a Entidade possui de capital próprio em relação ao capital de terceiros. Vê-se que este índice diminui ano a ano. Como vimos na Tabela 7, a Entidade depende do capital de terceiros, portanto ela não possui capital próprio para cobrir o capital oriundo de terceiros.

TABELA 9 - Composição do endividamento

	2006	2007	2008
Passivo circulante	351.900,40	1.019.316,06	1.716.628,32
Capital de terceiros	2.241.815,38	2.868.130,92	3.492.195,21
PC/CT*100	15,70%	35,54%	49,16%

Por meio deste índice sabemos o percentual de obrigações a curto prazo da Entidade, as quais tem aumentado a cada ano, isso não é bom, pois este índice quanto menor melhor.

TABELA 10 - Relação das despesas dos projetos e receitas recebidas

	2006	2007	2008
Despesa realizada	4.038.419,25	6.442.275,66	9.084.656,89
Receita recebida	4.498.564,19	6.564.056,18	9.287.827,83
DR/RR*100	89,77%	98,14%	97,81%

Este índice nos revela quanto das receitas totais foram consumidas na realização das atividades da Entidade. Nós três períodos, foram utilizadas, praticamente, todas as suas receitas.

TABELA 11 - Relação de gratuidade e despesas totais

	2006	2007	2008
Gratuidade		1.091.559,30	3.914.999,32
Despesa total	4.038.419,25	6.442.275,66	9.084.656,89
GRAT/DT		16,94%	43,09%

A Tabela 11 representa qual a percentagem das despesas gastas com a gratuidade, as quais foram retiradas das notas explicativas. Como no ano de 2006 não foram elaboradas as notas explicativas não dispusemos das informações. Podemos, no entanto, observar que houve um significativo dessas despesas.

TABELA 12 - Relação de gratuidade e receita total

	2006	2007	2008
Gratuidade		1.091.559,30	3.914.999,32
Receita total	4.498.564,19	6.564.275,66	9.287.827,83
GRAT/RT		16,63%	42,15%

Ao calcular este índice, sabemos quanto das receitas totais foram destinadas para gratuidade, nota-se que houve um significativo aumento.

TABELA 13 - Eficiência na aplicação dos recursos

	2006	2007	2008
Despesas realizadas	4.038.419,25	6.442.275,66	9.084.656,89
Nº de beneficiários	7.513	9.335	14.909
DR/ Nº BENF.	R\$ 537,52	R\$ 690,12	R\$ 609,34

Os índices constantes da Tabela 13 demonstram o valor, em reais, destinado para cada beneficiário.

TABELA 14 - Eficiência no atendimento aos beneficiários

	2006	2007	2008
Nº de beneficiários	7.513	9.335	14.909
Nº de funcionários	141	193	270
Nº B/Nº F	53,28	48,37	55,22

Fonte: RAIS da Fundação

Por meio deste índice, avaliamos a capacidade de atendimento da Entidade, isto é, conseguimos saber quantos beneficiários são atendidos conforme cada funcionário.

TABELA 15 - Esforço de captação própria

	2006	2007	2008
Receitas próprias	3.130.803,95	2.977.614,81	2.802.615,53
Receita total	4.498.564,19	6.564.056,18	9.287.827,83
RP/RT*100	69,60%	45,36%	30,18%

Para o cálculo deste índice levamos em conta as receitas que a Entidade obteve através de seus contatos com empresas, com convênios, com pacientes particulares. Somente as receitas obtidas através de convênios com o SUS não são consideradas como receitas próprias. Podemos perceber que houve uma grande redução no percentual desse indicador.

2.4.1.1 Parecer Analítico das Demonstrações

A Fundação de Saúde Comunitária de Sinop, possui como prática contábil o regime de competência e elabora suas Demonstrações Contábeis em conformidade com a Lei nº 6.404/76, alterações pela Lei 11.638/08 e MP 449/08.

Para realização da análise nos utilizamos do balanço patrimonial, da demonstração do superávit ou déficit do exercício e das notas explicativas elaboradas pela entidade, além de outras informações fornecidas pelo departamento de contabilidade da Instituição.

A partir do ano de 2007, a contabilidade passou a ser realizada na própria Instituição, com isso houve uma reestruturação contábil, sendo assim algumas contas foram extintas e outras incorporadas, como é o caso das despesas com funcionamento da fundação e gastos com pessoal, que foram incorporadas as despesas administrativas, comerciais e nos custos

operacionais. Essa mudança dificultou a comparação dessas contas, porém essa é a explicação para o impressionante aumento na conta, despesas administrativas.

Através da análise horizontal, constatamos o aumento do ativo total em função de aplicações no estoque de medicamentos e na expansão de seus bens móveis, porém estes recursos aplicados no ativo advêm de terceiros, em quase sua totalidade, além disso, tais recursos se concentram, em maior número a curto prazo, na conta fornecedores, a qual teve um expressivo aumento. Logo, com estes recursos de terceiros e de capital próprio aplicados no imobilizado, a Instituição compromete a sua liquidez que, através dos índices, ficou evidente não ser positiva, ficando dependente de terceiros para obter capital de giro, ainda em 2008.

Analisando a Demonstração do Superávit ou Déficit, observamos que a Instituição dobrou suas receitas líquidas nos períodos em análise. Isto se deu pelo aumento de receitas do convênio com o SUS. Nesse período, houve um grande aumento de atendimentos, o que fez com que a entidade aumentasse o seu quadro de funcionários para não cair a qualidade no atendimento. Esse aumento fez com que os custos e despesas da entidade sofressem um expressivo aumento. O superávit caiu no segundo ano da análise e voltou a aumentar um pouco no último ano analisado.

Através dos dados fornecidos pela Entidade, foi possível verificar quantos beneficiários cada funcionário consegue atender e qual o valor gasto com cada beneficiário que aumentou, porém não podemos constatar se é bom ou ruim por falta de parâmetros. Assim, podemos concluir que a Entidade está se empenhando em atender o maior número de pessoas, ou seja, ela tem atingido seu objetivo.

Vale lembrar que, como a Entidade não tem fins lucrativos, não foi realizado o cálculo dos índices de rentabilidade, o que não significa que elas devam ter suas receitas limitadas aos custos operacionais e não ter sobras. Estas entidades podem sim ter sobras financeiras para poderem progredir e aumentar suas instalações. As sobras não podem ser distribuídas, devem ser integralmente aplicadas na manutenção de seus objetivos institucionais.

3. Considerações Finais

As Entidades do Terceiro Setor precisam superar muitos desafios. Dentre eles está a busca pela transparência dos seus atos. Neste estudo, procuramos demonstrar que, através da análise, ficam bem mais evidenciadas as ações da Entidade. Elas são bem vistas pela sociedade quando divulgam seus compromissos com clareza, de maneira que não deixem dúvidas quanto ao destino de seus recursos.

Apesar de extremamente relevante e importante, é muito difícil avaliar o desempenho de uma organização sem fins lucrativos. Um dos motivos dessa dificuldade é a falta de variáveis que nos sirvam de parâmetro e para as quais possamos voltar nossa análise. Nas empresas privadas existe o lucro, conceito claro para qualquer pessoa na empresa e fora dela. Nas entidades sem fins lucrativos o resultado seria o benefício por determinada ação para a sociedade.

Através da exposição dos resultados obtidos, verificamos de que forma e como estão sendo aplicados os recursos obtidos pela Fundação de Saúde Comunitária de Sinop.

Diante disso, concluímos que o objetivo do trabalho foi alcançado pois, ao realizar a análise, demonstramos como as informações dos relatórios contábeis trazem maior visibilidade, credibilidade e transparência às ações das entidades do Terceiro Setor, favorecendo o bom relacionamento com seus financiadores e, conseqüentemente, a melhoria na imagem da Entidade, o que leva ao aumento de recursos.

Contudo, o estudo apresentado precisa ser continuado, pois visa ao aprimoramento das informações e pode resultar em conhecimentos mais atualizados para melhorar ainda mais o processo de transparência tanto da Entidade analisada como de outras do mesmo ramo de atividade.

Referências

- ARAÚJO, C. O. *Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor*. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ASSAF, N, A. *Estrutura e Análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BEUREN, I. M. *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. *Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade*. Disponível em: <www.cfc.org.br/uparq/Normas_Brasileiras_de_Contabilidade.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2009.
- CABRAL, E. H. *Terceiro Setor: gestão e controle social*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- Conselho Federal de Contabilidade. *Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social 2*. ed. Brasília: CFC, 2004.
- Conselho Federal de Contabilidade. *Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e entidades de Interesse Social*. Brasília, 2007.
- FRANCO, H. *Contabilidade Geral*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- HOSPITAL SANTO ANTÔNIO. Disponível em: <www.hsasinop.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- HUDSON, M. *Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron, 1999.
- IUDICIBUS, S., MARION, J. C. *Introdução à Teoria da Contabilidade: Para o nível de graduação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LUNELLI, R. L. Análise das demonstrações financeiras. 2009. Distribuição: Portal Tributário® Editora e Maph Editora. Disponível em: <www.portaltributario.com.br/downloads> Obra virtual. Acesso em: 20 mar. 2009.
- MELO NETO, F. P. & FROES. *Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial*. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1999.
- OLAK, P. A., NASCIMENTO, D. T. *Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- REIS, A. *Demonstrações Contábeis: estrutura e análise*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SILVA, J. P. Análise financeira das empresas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ZANLUCA, J. C. *Contabilidade do Terceiro Setor*. 2009. Distribuição: Portal Tributário® Editora e Maph Editora. Disponível em: <www.portaltributario.com.br/downloads>. Obra virtual. Acesso em: 20 mar 2009.